

Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	2	1		Fornecedores	4	1.673	1.718
Tributos a recuperar	60	-		Tributos a recolher		27	13
Outros créditos	4	12		Partes relacionadas	5	81	61
Total do ativo circulante		66	13	Total do passivo circulante		1.781	1.792
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos	4	-		Fornecedores	4	-	347
Imobilizado	3	11.133	11.133	Partes relacionadas	5	94	1.308
Total do ativo não circulante		11.137	11.133	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	6	4	-
				Total do passivo não circulante		98	1.655
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	7	16.493	13.700
				Prejuízos acumulados		(7.169)	(6.001)
				Total do patrimônio líquido		9.324	7.699
TOTAL DO ATIVO		11.203	11.146	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.203	11.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GBSantos
 Gina Abreu Batista dos Santos
 Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(296)	(367)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	3	-	(3.103)
Outras despesas, líquidas		(536)	(193)
Total	8	(832)	(3.663)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(832)	(3.663)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	9	(336)	(884)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.168)	(4.547)
Prejuízo por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)	7.3	(0,08)	(5,27)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(1.168)	(4.547)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(1.168)</u>	<u>(4.547)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Recursos para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		-	6.944	(1.454)	5.490
Aumento de capital		13.700	(6.944)	-	6.756
Prejuízo do exercício		-	-	(4.547)	(4.547)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>13.700</u>	<u>-</u>	<u>(6.001)</u>	<u>7.699</u>
Aumento de capital	7.2	2.793	-	-	2.793
Prejuízo do exercício		-	-	(1.168)	(1.168)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7	<u>16.493</u>	<u>-</u>	<u>(7.169)</u>	<u>9.324</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(1.168)	(4.547)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Valor residual do ativo imobilizado baixado	3	-	197
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	3	-	3.103
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	6	4	-
Juros sobre contas a pagar		(725)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		(60)	-
Outros créditos		4	(8)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		333	(1.071)
Tributos a recolher		14	(60)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(1.598)</u>	<u>(2.386)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	3, 13	-	(524)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>-</u>	<u>(524)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	7.2, 13	1.223	-
Partes relacionadas		376	2.911
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>1.599</u>	<u>2.911</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2	1
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Gina Abreu Batista dos Santos
 Contadora CRC 027321-O-BA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Energia S.A. (“Renova Energia”), e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III (Fase B), do Grupo Renova, que representa as companhias sob controle direto da Renova Energia. A Companhia foi constituída em 15 de maio de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente parque eólico, localizado no Estado da Bahia e atualmente encontra-se em fase pré-operacional.

Em regime de autorização, caso não seja concluída a negociação de venda, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – controlada direta da Renova Energia. Segundo Portaria nº 5097 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia é de 30 anos a partir de 26 de março de 2015. A capacidade de produção instalada do parque eólico “Ipê Amarelo” é de 18,00 MW.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$1.168 (2017, R\$4.547), possui prejuízos acumulados de R\$7.169 (2017, R\$6.001), e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$1.715 (2017, R\$1.779) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os seus compromissos para construção do parque eólico.

Os principais motivos para esse cenário são: i) investimentos relevantes na construção do parque; ii) reconhecimento de despesas com tarifa de uso do sistema de transmissão no montante de R\$525; iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$336 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados a fornecedores; e iv) reconhecimento de provisão para contingências cíveis no valor de R\$4, além dos prejuízos acumulados existentes.

Diante deste cenário, em 21 de março de 2019 o Conselho de Administração da Renova Energia aprovou um plano de estruturação financeira que dentre outras ações, prevê a venda do Complexo Eólico Alto Sertão III para qual a Renova Energia assinou em 9 de abril de 2019 o contrato de compra e venda de ações com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) (nota 14).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2019.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota 5).
-

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e

de 2017.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é

estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2018.

a) Em vigor a partir de janeiro de 2018

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
CPC 48 – Instrumentos financeiros	inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge.
CPC 47 – Receita de contratos com clientes	estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes.

Após análise, a Companhia avaliou que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48, exceto pela classificação dos ativos e passivos financeiros nas categorias elencadas pela norma, nem no reconhecimento das receitas exigidas pelo CPC 47.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia realizou um trabalho interno e não foram identificados impactos para a adoção deste novo pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reclassificações entre rubricas*	Baixas	Saldo em 31/12/2017 e 31/12/2018
Imobilizado em curso					
Geração					
Terrenos	1	-	(1)	-	1
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.247	37	(1.110)	-	2.174
Torres de medição	5	-	-	-	5
A ratear	1.763	1.221	(8)	-	2.976
Aerogeradores	575	172	-	(197)	550
Equipamentos de subestação	9.193	247	(910)	-	8.530
Adiantamentos a fornecedores	3.969	-	(3.969)	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	(3.103)	-	-	(3.103)
Total do imobilizado	<u>18.753</u>	<u>(1.426)</u>	<u>(5.998)</u>	<u>(197)</u>	<u>11.133</u>

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

No exercício de 2018 não houve movimentação no imobilizado, por esse motivo o saldo de 2018 é igual ao saldo de 2017.

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a obras civis, subestações e gastos diversos com a construção do parque.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Administração da Companhia efetuou a atualização das análises de provisão do valor recuperável e concluiu que a provisão constituída, no montante de R\$3.103, em 2017, é suficiente para fazer face a potenciais perdas na realização dos seus ativos.

4. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante	1.673	1.718
Não circulante	-	347
Total	<u>1.673</u>	<u>2.065</u>

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 referem-se, principalmente, a valores a pagar a fornecedores de equipamentos e materiais para a construção do parque eólico. Inclui também negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante (2017), conforme cronograma definido em contrato, bem como encargos financeiros quando aplicável.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Passivo		Resultado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Rateio de despesa^(a)</u>				
Renova Energia S.A.	81	61	(282)	(208)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital^(b)</u>				
Renova Energia S.A.	94	1.308	-	-
Total	<u>175</u>	<u>1.369</u>	<u>(282)</u>	<u>(208)</u>

- a) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.
- b) Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela Renova Energia.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

6. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu provisão no montante de R\$4 para riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas, considerando que grande parte do valor devido já foi reconhecida no contas a pagar da Companhia.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$16.493 (2017, R\$13.700) e está dividido em 16.493.153 (2017, 13.699.946) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

7.2. Aumento de capital

No exercício de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") aprovou dois aumentos de capital:

1. Em 30 de abril de 2018: aumento de capital no montante de R\$1.703, mediante a emissão de 1.703.519 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$1.551 e (ii) créditos detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$152.
2. Em 3 de dezembro de 2018: aporte no valor de R\$1.090, mediante a emissão de 1.089.689 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$980 e (ii) créditos detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$110.

7.3. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(1.168)	(4.547)
Prejuízo por ação básico e diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	14.927	863,4
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,08)</u>	<u>(5,27)</u>

8. DESPESAS (RECEITAS)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Pessoal e administradores	243	204
Telefonia e TI	12	9
Impostos e taxas	12	14
Outros	29	140
Total	<u>296</u>	<u>367</u>
<u>Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 3)</u>	-	3.103
<u>Outras (receitas) despesas, líquidas</u>		
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão ¹	525	214
Outras (receitas) despesas, líquidas	<u>11</u>	<u>(21)</u>
	536	193
Total	<u>832</u>	<u>3.663</u>

9. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas financeiras		
Juros	<u>(336)</u>	<u>(884)</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados tributos diferidos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(1.158)	(1.204)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(2.044)</u>	<u>(840)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(3.202)</u>	<u>(2.044)</u>

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	1	2	1
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.673	1.718	1.673	1.718
Partes relacionadas	81	61	81	61
Não circulante				
Fornecedores	-	347	-	347
Partes relacionadas	94	1.308	94	1.308

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	1	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	1.673	-	1.718
Partes relacionadas	-	81	-	61
Não circulante				
Fornecedores	-	-	-	347
Partes relacionadas	-	94	-	1.308

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018 as alterações do CPC 48, que incluiu novos modelos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os saldos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentados de acordo com a nova classificação adotada para fins de melhor comparabilidade.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo. A expectativa da Administração da Companhia é reverter esta situação conforme apresentado na nota 1.

12. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	19/09/2014	31/01/2020

13. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	7.2	1.308	5.604
Aumento de capital com rateio de despesas	7.2	262	-
Aumento de capital com ativo imobilizado pago pela sua controladora	3, 7.2	-	1.152

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

14.1 Negociação de venda da Companhia

Em 9 de abril de 2019, a controladora indireta Renova Energia assinou o contrato de compra e venda de ações para alienação das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III, que inclui a Companhia, à AES Energia Tietê S.A.

No entanto, durante o período de cumprimento das condições suspensivas usuais neste tipo de transação, ocorreram eventos que produziram efeitos adversos relevantes no valor original do contrato e no prazo para conclusão da operação, notadamente (i) modificações comerciais não previstas inicialmente nas tratativas de contratação de fornecedor para término das obras pela AES, (ii) atraso na aprovação do plano de transferência pelo órgão regulador e (iii) atraso na data de entrada em operação dos parques acordada entre as partes em função do atraso do fechamento da operação.

As partes estão empenhadas em ajustar e cumprir todas as condições suspensivas para que o fechamento da operação ocorra até outubro de 2019.

14.2 Revogação da autorização

Em 4 de junho de 2019 a Renova Energia informou em Fato Relevante que a ANEEL rejeitou, em sua 19ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2019, o plano de transferência de controle de 20 centrais eólicas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B, que inclui a Companhia, para a AES e determinou a revogação das autorizações do referido empreendimento.

A Renova Energia esclareceu que ainda sem outorga os parques podem ser transacionados, de modo que as negociações envolvendo a operação com a AES continuam vigentes.

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Cláudio Ribeiro da Silva Neto
Diretor


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA